

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Maio 2024

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
MAIO 2024
v.3 n.2



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP
Victória Monteiro da Silva Santos

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas
Maria Gabriela Veloso Camelo

Diretores da LEAP

Beatriz Nardy de Queiroz
Luiza Simões Bethlem Monteiro
Sofia Mendes Magalhães

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Maio/2024. Rio de Janeiro.
PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico
48p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

ELEIÇÕES NA ÍNDIA

Gabriel Porto Póvoas
Eduardo Araújo Mangueira

2

DUAS SESSÕES: O QUE MUDA NA POLÍTICA E ECONOMIA DA CHINA?

Guilherme Temke
Rubens Americano Alves de Brito Araujo

3

COREIA DO SUL: OS IMPACTOS POLÍTICOS DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2024

Luiza Simões Bethlem Monteiro
Samia Abinader Franco

4

O PANORAMA DA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Mariana Soares Azevedo Quintanilha
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

5

RELAÇÕES BRASIL - ASEAN: UMA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MAIS VOLTADA PARA O SUDESTE ASIÁTICO

Maria Gabriela Veloso Camelo
Marina Conde Galvão Zenha

6

RELAÇÕES ENTRE TAILÂNDIA E CAMBOJA: UM PANORAMA HISTÓRICO E POLÍTICO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Beatriz Nardy de Queiroz
Giovanna Martins Athayde

SUMÁRIO

7

GUERRA CIBERNÉTICA: EUA X CHINA

Marcelo Santos Ribeiro
Sofia Mendes Magalhães

8

A REUNIÃO ENTRE MA YING-JEOU E XI JINPING: REFLEXOS DO TENSIONAMENTO GEOPOLÍTICO NA ÁSIA-PACÍFICO

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

1

ELEIÇÕES NA ÍNDIA

Gabriel Porto Póvoas

Eduardo Araújo Mangureira

"A Índia será o motor de crescimento do mundo", declarou o atual primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, em agosto passado, durante uma visita realizada à África do Sul. Demonstrando interesse em um papel de liderança diante das economias emergentes, a fala de Modi remete às altas taxas de crescimento econômico do país – até o final de 2023, a Índia obteve o crescimento mais rápido do mundo, de 8,4% nos últimos três meses do ano (BBC News Brasil, 2024). No nível nacional, a fala se dá no contexto de uma acirrada corrida eleitoral que se estende entre abril e junho deste ano, mobilizando cerca de 969 milhões de eleitores. Modi, junto de seu partido, Bharatiya Janata (BJP, sigla em inglês), tenta conquistar um terceiro mandato à medida que as pesquisas de opinião indicam sua vitória (BBC News Brasil, 2024). Para compreender as potenciais implicações domésticas e globais destas eleições, é necessário observar as condições históricas que deram lugar à ascensão do BJP e da principal coalizão de oposição, bem como as características dos dois primeiros mandatos de Modi.

É preciso, no entanto, ter um entendimento mais amplo em relação às eleições em si. Sendo assim, é de suma importância um retorno ao contexto histórico que levou à ascensão do partido político BJP e sua popularidade a partir da figura central de Modi, bem como das principais características de seu governo populista até o momento. Para tanto, será utilizado um enfoque em três elementos primordiais: a *Hindutva*, o desenvolvimento bélico nacional e as relações exteriores.

A democracia indiana tem sido historicamente forte no que diz respeito à competitividade e à garantia de voto a todos os indivíduos adultos, segue sendo uma contradição ao que é normalmente posto por teóricos democráticos ao tecer uma relação de congruência entre altos níveis de desenvolvimento, baixos índices de desigualdade e democracia (Tudor, 2016). Uma gama de instituições políticas e partidos exercem importantes papéis no que concerne à manutenção da democracia indiana. Atualmente, o BJP é o partido mais proeminente, com alta adesão popular e apelo, o que se expressa na vitória de Modi nas duas últimas eleições. Sua ascensão está associada à sua

consolidação no coração da Índia falante do hindi, abrangendo estados no centro-norte e oeste do país, sendo assim oriunda do rompimento da hegemonia do partido do Congresso Nacional Indiano (Singh, Kohli, 2016). O BJP, de inclinação direitista e nacionalista religiosa, tem habilmente mobilizado apoio em nível nacional ao demonizar minorias religiosas, especialmente os muçulmanos, enquanto defende causas que atraem os hindus – na Índia, majoritários. A ascensão do BJP também coincidiu com uma piora nas relações entre hindus e muçulmanos na Índia, exemplificada por várias iniciativas anti-islâmicas por parte do Governo central. Além disso, o Governo empreendeu diversas medidas anti-democráticas, principalmente no tocante ao enfraquecimento das instituições em prol do executivo, perseguição a opositores e repressão à liberdade de expressão (Meakem, 2024).

Os dois últimos governos do primeiro-ministro Narendra Modi na Índia foram caracterizados por uma abordagem populista e fortemente marcada pela ideologia *Hindutva*, que busca promover a supremacia da cultura hindu. Segundo a ideologia, os elementos culturais nacionais – e portanto, a identidade nacional Hindu – foram historicamente reprimidos por invasores muçulmanos e também britânicos (The Economist, 2024). Modi liderou políticas controversas, ampliando a presença do BJP e promovendo uma agenda anti-islâmica, exemplificada por medidas como a Lei de Emenda à Cidadania (2019), que tem como objetivo central o fornecimento de acesso rápido à cidadania para imigrantes do Afeganistão, Bangladesh e Paquistão, desde que não sejam muçulmanos, o que por sua vez levantou preocupações sobre a marginalização da minoria muçulmana no país (CNN Brasil, 2024).

Em paralelo, Modi dedicou considerável atenção ao desenvolvimento bélico nacional, promovendo uma modernização das Forças Armadas indianas e impulsionando a indústria de defesa doméstica – a Índia possui a terceira maior força militar do mundo em termos de efetivo (Le Monde Diplomatique Brasil, 2009). Isso se dá a partir de um projeto de projeção enquanto potência global, que acoplada ao crescimento econômico torna-se uma das principais pautas da ascensão do BJP enquanto força nacionalista. A partir de uma perspectiva externa, é possível observar o crescimento bélico indiano como uma resposta à escalada armamentista chinesa.

Já em suas relações exteriores, o país tem participado ativamente em grupos como o BRICS e fortalecido laços diplomáticos com outras nações, particularmente com os países emergentes. A aproximação está relacionada a uma reconfiguração das dinâmicas de cooperação internacional, ainda que sua abordagem externa também tenha gerado controvérsias em relação às tensões fronteiriças com a China e o Paquistão. Na disputa contra a China, considerada seu rival regional, é notório o alinhamento da Índia com os Estados Unidos, país que a considera uma parceria estratégica. Corolário deste posicionamento é a entrada da Índia no Diálogo Quadrilateral de Segurança – popularmente conhecido como Quad –, cujo objetivo implícito é a contenção chinesa. No mais, Modi consolidou as bases de uma expansão da influência de seu país enquanto potência marítima no Indo-Pacífico, ao estabelecer contatos com países insulares em seu entorno estratégico; promover o desenvolvimento nacional da marinha indiana; e buscar um maior protagonismo na região, principalmente no que tange à proteção de rotas marítimas e o combate à pirataria.

A principal oposição ao BJP encontra-se no Congresso Nacional Indiano (CNI), que foi central para a formação da Índia enquanto Estado independente. Criado em 1885 por Allan Octavian Hume, o CNI teve em seus primórdios o objetivo a garantia de maior autonomia para a colônia, sem contudo desejar independência (Indian Express, 2023). Foi com a entrada de Mohandas Karamchand Gandhi – também conhecido como Mahatma (grande alma) Gandhi – em 1915 e sua ascensão no partido que este tomou o protagonismo da luta nacional por independência. Embora sua liderança fosse composta por membros das castas mais altas, o CNI ganhou apoio popular por sua composição variada e pautas para além da independência, como o fim do sistema de castas e a erradicação da pobreza.

Desde então, o CNI se tornou um ator indissociável da política indiana, sustentado principalmente pelo legado do primeiro primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, cuja descendência formou uma dinastia perene no jogo político indiano. Apenas recentemente o partido começou a perder espaço para o BJP a partir da desilusão da população advinda de acusações de corrupção. Com a ascensão de Modi, o CNI tomou as rédeas da oposição, sendo parte dos críticos mais veementes da alegada erosão das instituições democráticas do país.

Assim, foi criada a coalizão Aliança Nacional Indiana para o Desenvolvimento Inclusiva (INDIA, na sigla em inglês), com o objetivo de fazer frente à Modi. Além do CNI, outros 25 partidos formaram este agrupamento, que acusa Modi de medidas anti-democráticas e denuncia suas medidas anti-islâmicas. Sob a autoridade de Mallikarjun Kharge, presidente do partido do Congresso, e com figuras proeminentes como os irmãos Rahul e Priyanka Gandhi, filhos do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, a aliança busca promover uma agenda mais inclusiva e progressista para o país. Além disso, a inclusão do Partido Aam Aadmi (AAP) do governo de Delhi na coalizão, apesar dos recentes escândalos de corrupção que resultaram na prisão de três de seus líderes, ressalta a diversidade da aliança política devido à adesão de figuras diversas. No entanto, a falta de unidade ideológica e desunião *de facto* (BBC, 2024) tornam uma vitória sobre Modi improvável.

A partir disso, pode-se supor um recrudescimento de tendências já visíveis, estimuladas por uma vitória eleitoral. Internamente, espera-se a instauração de leis cada vez mais excludentes, o que engendra reflexões acerca do governo de Modi enquanto fator desestabilizador para a sociedade indiana. Dois fenômenos podem contribuir para a instabilidade no cenário político indiano: por um lado, observa-se o acirramento das desigualdades e crescimento da pobreza, mesmo em meio a um crescimento econômico considerável; por outro, a própria *Hindutva*, em seu estabelecimento da figura do muçulmano como inimigo básico da sociedade, criando uma imagem de identidade hindu idealizada, acaba por marginalizar não somente as diversas populações muçulmanas, mas também os advindos de castas mais baixas, que não seguem preceitos considerados “hindus” pela *Hindutva*, como o consumo de carne bovina (Aditya, 2019).

Externamente, supõe-se uma continuidade da projeção regional da Índia, bem como de sua busca por um protagonismo maior no Oceano Índico, independente da coalizão ganhadora. A principal questão onde diferentes governos poderiam diferir estaria na possibilidade de busca do CNI por uma política de apaziguamento com seus rivais regionais, China e Paquistão, o que não parece provável numa eventual vitória de Modi. Dessarte, o desenrolar das eleições nas próximas semanas são de suma importância para os entender as futuras tendências, não somente para uma população de mais de 1,4 bilhão de pessoas, mas também para o tabuleiro da Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADITYA, Nigam. Hindutva, Caste and the 'national unconscious'. In **Racism After Apartheid: Challenges for Marxism and Anti-Racism**, edited by Vishwas Satgar, 118–36. Wits University Press, 2019.

BISWAS, Soutik. India's opposition challenge to Modi may be imploding. **BBC News**, 1 de fev. de 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-india-68125968>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

DUARTE, Fernando. A Índia pode se tornar a próxima superpotência global? **BBC News Brasil**, 16 de abr. de 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c060887krj2o>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

Eleições na Índia: o que está em jogo na maior votação do mundo? **BBC News Brasil**, 17 de abr. de 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czkvr2ydg7lo>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

JOHN, Tara; LAW, Heather; SUD, Vedika. Índia avança para implementar lei polêmica de cidadania que exclui muçulmanos. **CNN Brasil**, 11 de mar. de 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/india-avanca-para-implementar-lei-polemica-de-cidadania-que-exclui-muculmanos/>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

MEAKEM, Allison. Under Modi, India's Democracy Is on Its Last Legs. **Foreign Policy**, 2 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2024/01/02/india-elections-modi-bjp-congress-nda-lok-sabha-brics/>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

Politics in India – an overview. In: SINGH, Prerna; KOHLI, Atul. **Routledge Handbook of Indian Policy**. Nova York: Routledge, 2016.

SINGH, Rishika. On Congress Foundation Day, a brief history of the INC. **The Indian Express**, 29 dez. 2023. Disponível em: <<https://indianexpress.com/article/explained/explained-politics/congress-foundation-day-brief-history-inc-9086083/>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

TUDOR, Maya. The Historical Inheritance of India's Democracy. *In*: TUDOR, Maya. **Routledge Handbook of Indian Policy**. Nova York: Routledge, 2016.

What is Hindutva, the ideology of India's ruling party? **The Economist**, 7 de mar. de 2024. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-economist-explains/2024/03/07/what-is-hindutva-the-ideology-of-indias-ruling-party>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

ZAJEC, Oliver. A nova força da Índia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 9 de set. de 2009. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-nova-forca-da-india/>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

2

DUAS SESSÕES: O QUE MUDA NA POLÍTICA E ECONOMIA DA CHINA?

Guilherme Temke

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

As “Duas Sessões”, que encerraram-se no dia 08 de março deste ano, são o evento político anual mais relevante da República Popular da China (McCarthy e Gan, 2024). O evento consiste em reuniões plenárias do Comitê Nacional da Conferência Política do Povo Chinês (CCPPC) e do Congresso Nacional do Povo da República Popular da China (CNP) (Davidson, 2023). Chama-se “Duas Sessões”, portanto, pois dois conjuntos de reuniões separadas ocorrem simultaneamente ao longo de algumas semanas, tendo lugar anualmente (geralmente em março) (Al Jazeera, 2023). Nas reuniões, é definido um conjunto de metas políticas e econômicas do país e, em especial, do Partido Comunista Chinês (PCC) (McCarthy, 2024). As reuniões deliberam pontos que abrangem o desenvolvimento econômico e a estrutura política interna (Davidson, 2023). Ao longo do texto serão abordados os temas mais importantes das Duas Sessões de 2024. Dentre eles estão as principais metas e objetivos anunciados pelo PCC, assim como os desdobramentos políticos observados ao longo do evento.

Diante do papel fundamental que o CCPPC e o CNP exercem no planejamento político, constitucional e econômico da China, torna-se imprescindível brevemente destrinchar seus papéis. O CCPPC é um órgão que compõe o Congresso e é responsável por abrir um amplo espaço de deliberação e consulta política para membros e não membros do PCC (Davidson, 2023). Em última análise, é um corpo consultivo, composto por delegados do partido e acadêmicos do âmbito legal, das artes e das ciências sociais, sobretudo da economia e dos negócios (Al Jazeera, 2023) Por outro lado, o CNP é o mais alto cargo do poder legislativo da China, composto por três mil membros. É responsável por supervisionar e legislar as atividades do Governo e de todos os seus braços adjacentes (Davidson, 2023).

Nesse sentido, o CNP tem a capacidade de criar emendas constitucionais (Al Jazeera, 2023). Contudo, usa-se a expressão rubber stamp, em inglês, para definir a atuação do órgão. A expressão representa, de maneira geral, órgãos do executivo, judiciário ou do poder legislativo que detêm muito poder dentro de um status legal, mas pouco poder de fato. Neste caso, a expressão retrata a

leniência do CNP em relação ao PCC, fazendo com que, em última instância, aprove políticas formuladas a priori pelo partido (Al Jazeera, 2023). Não coincidentemente, os três mil delegados que compõem o CNP são escolhidos por unidades administrativas de dentro do Governo, além das Forças Armadas e outras regiões autônomas (Al Jazeera, 2023).

Tradicionalmente, o evento mais importante das Duas Sessões é a apresentação pelo primeiro-ministro do Government Work Report (GWR), um documento oficial do partido que apresenta os avanços atingidos no ano anterior e estipula as principais metas econômicas e objetivos das políticas públicas para o ano corrente. Para o documento de 2024, havia enorme expectativa sobretudo pelas medidas econômicas que seriam anunciadas pelo Governo para combater a recente desaceleração da economia chinesa agravada pela crise do setor imobiliário local e pelo fraco consumo interno de sua população.

A principal e mais comentada meta anunciada no GWR pelo primeiro-ministro Li Qiang foi a meta de um crescimento do PIB “em torno de 5%”. Esse alvo foi exatamente o mesmo anunciado, e atingido, durante as Duas Sessões de 2023. No entanto, para grande parte dos observadores econômicos, atingir a mesma meta neste ano será significativamente mais desafiador por alguns motivos (Financial Times, 2024). Em primeiro lugar, em 2023 a base de comparação com o ano anterior era consideravelmente mais baixa, já que 2022 foi o ano em que a China sofreu intensos lockdowns para conter o avanço da variável Omicron, que afetaram significativamente a atividade econômica local. Adicionalmente, a meta de crescimento não veio acompanhada de anúncios de estímulo relevantes para a economia, sobretudo pelo lado da demanda, o que, aliado a um ambiente de mercado mais desafiador, pode dificultar o atingimento de um crescimento de 5%. Dentre as demais metas econômicas anunciadas, se destacam: criação de 12 milhões de empregos urbanos, inflação em torno de 3% e uma queda de 2,5% no consumo de energia por unidade do PIB.

No entanto, mais elucidativos do que as metas econômicas em si são os principais objetivos estipulados pelo primeiro-ministro para o ano de 2024. Segundo o GWR, a principal prioridade do Governo para o ano será a modernização do sistema industrial e o desenvolvimento de “novas forças produtivas” em um ritmo mais acelerado.

Esse último termo tem sido observado com cada vez mais frequência em documentos e discursos oficiais e é um ponto chave na iniciativa do Governo central em promover o desenvolvimento tecnológico da indústria chinesa e assegurar a liderança global do país nas ‘tecnologias do futuro’, como carros elétricos, inteligência artificial, energia renovável e semicondutores (Financial Times, 2024). A segunda prioridade segue essa mesma lógica ao pleitear “revigorar a China através da ciência e tecnologia e consolidar as fundações para um desenvolvimento de alta qualidade”. Segundo o documento, esse objetivo diz respeito ao fortalecimento e à reformas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, criando assim um forte ímpeto para a modernização do país. Com esse propósito, foi também anunciado o orçamento de 2024 do governo central para ciência e tecnologia no montante de RMB 370.8 bilhões (BRL 267 bilhões) (South China Morning Post, 2024). Ambas as prioridades dão a dimensão da importância que o Governo chinês tem dado à transição para um novo modelo de desenvolvimento pautado sobretudo na produção globalmente competitiva de bens na fronteira tecnológica e de alto valor agregado, em contraste ao modelo anterior altamente dependente de investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário.

Outro ponto interessante foi a perda de relevância do objetivo de “expandir a demanda doméstica”, que passou de prioridade número um no GWR de 2023 para apenas a terceira no documento atual, evidenciando a falta de interesse do governo chinês em promover estímulos diretos para o consumidor local. Essa combinação de políticas econômicas, que se concentra em impulsionar a produção e a competitividade da indústria chinesa enquanto oferece pouco suporte à demanda interna, tem como resultado direto o aumento do excesso de capacidade produtiva na China. Isso, por sua vez, leva à necessidade de exportar esse excesso para o resto do mundo, contribuindo para manter o superávit comercial chinês em níveis excepcionalmente altos (Infomoney, 2024). Esse influxo de importações chinesas baratas tem o potencial de causar novos atritos entre a China e seus parceiros comerciais (Asia Society Policy Institute, 2024) e já é possível observar países como Brasil e Estados Unidos criticando vocalmente uma suposta “invasão” de produtos chineses e advogando por medidas protecionistas contra determinadas setores do país asiático, como a indústria siderúrgica (O Globo, 2024).

Já no âmbito político, o desdobramento mais relevante das Duas Sessões foi o repentino cancelamento da entrevista à imprensa do primeiro-ministro Li Qiang.

Embora à primeira vista possa parecer um acontecimento ordinário, essa foi a primeira vez em mais de três décadas que a tradicional entrevista do primeiro-ministro chinês foi cancelada. Historicamente, por mais que as perguntas sempre fossem pré-selecionadas, esse evento é visto como a única oportunidade para jornalistas estrangeiros dialogarem com uma das principais figuras políticas do país e, oficialmente, o homem à frente da economia chinesa. Portanto, o cancelamento da entrevista foi interpretado por grande parte da mídia ocidental como mais um sinal da crescente opacidade do Estado chinês (Financial Times, 2024).

Em suma, as Duas Sessões trouxeram importantes reflexões acerca das prioridades do governo chinês para o futuro e evidenciaram importantes desdobramentos políticos dentro do Partido Comunista Chinês. No campo econômico, fica evidente que a modernização industrial pautada por um forte desenvolvimento tecnológico será o pilar do novo modelo econômico do país e o foco do governo ao longo dos próximos anos. Essa política, por sua vez, enquanto oferece pouco suporte a já fraca demanda interna, levanta questões acerca de seu impacto global, potencialmente acirrando atritos com importantes parceiros comerciais como EUA e União Europeia. Já politicamente, os sutis sinais dados ao longo desse encontro, que é em grande parte coreografado, apontam para a diminuição de importância e visibilidade de qualquer outra figura política chinesa que não seja o presidente Xi Jinping, aumentando ainda mais a centralização e acúmulo de poder em seu entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

All you need to know about China's 'two sessions'. **Al Jazeera**. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/3/3/all-you-need-to-know-about-chinas-two-sessions>. Acesso em 20 mar. 2024.

China lacks a credible policy to meet its own growth target. **Financial Times**. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/9e2b59be-1f06-4001-bf68-91974951ec59>. Acesso em 19 mar. 2024.

China makes science and tech a budget priority with 10% jump in spending during “two sessions”. **South China Morning Post**. 2024. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3254290/china-makes-science-and-tech-budget-priority-10-jump-spending>. Acesso em 19 mar. 2024

DAVIDSON, Helen. China's 'two sessions' explained: what is it? **The Guardian**. 2024 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/02/china-two-sessions-explainer-what-is-it>. Acesso em 20 mar. 2024.

Government Work Report 2024. Disponível em https://english.www.gov.cn/news/202403/13/content_WS65f0dfccc6d0868f4e8e5079.html. Acesso em 19 mar. 2024.

MCCARTHY, Simone; GAN, Nectar. China's 'two sessions': Four takeaways from Beijing's annual political meeting. **CNN**. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/03/11/china/china-two-sessions-takeaway-intl-hnk/index.html>. Acesso em 20 mar. 2024.

'No one is number 2': Xi Jinping looms larger than ever over China. **Financial Times**. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/71b6981d-5acb-4e9d-abae-d1efabea33f0>. Acesso em 19 mar. 2024.

Setor de aço no Brasil pede aumento de tarifa contra produto chinês. Nos EUA, Biden quer triplicar taxaço. **O Globo**, 2024. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/18/setor-de-aco-no-brasil-pede-aumento-de-tarifa-contra-produto-chines-nos-eua-biden-quer-triplicar-taxacao.ghtml>. Acesso em 20 mar. 2024.

Superávit da balança comercial da China bate recorde no 1º bimestre. **Infomoney**, 2024. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/economia/superavit-da-balanca-comercial-da-china-bate-recorde-no-1o-bimestre/>. Acesso em 20 mar. 2024.

What Happened at China's Two Sessions in 2024?. **Asia Society Policy Institute**, 2024. Disponível em <https://asiasociety.org/policy-institute/what-happened-chinas-two-sessions-2024>. Acesso em 19 mar. 2024.

Will Xi's manufacturing plan be enough to rescue China's economy? **Financial Times**. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ae517907-0244-4344-ad0a-1d029c03555b>. Acesso em 19 mar. 2024.

3

COREIA DO SUL: OS IMPACTOS POLÍTICOS DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2024

Luiza Simões Bethlem Monteiro
Samia Abinader Franco

No dia 10 de abril de 2024 foram realizadas as eleições parlamentares na Coreia do Sul. A Assembleia Nacional, ou *Gukhoe*, possui atualmente 300 assentos, dos quais 243 são eleitos por voto regional e os restantes distribuídos por voto de representação proporcional, para mandatos de quatro anos. A eleição, tradicionalmente considerada um espelho da satisfação pública com o Governo, foi importante para a configuração política sul-coreana a ser estabelecida para o restante do mandato do atual presidente Yoon Suk Yeol, pois demonstrou a insatisfação da população com os resultados obtidos durante sua gestão. A oposição do atual partido do presidente sul-coreano teve a maioria dos assentos garantidos na Assembleia, resultando em um impacto negativo na atuação da política doméstica e externa devido a discordância entre os lados.

É notório que as eleições parlamentares têm um peso maior para o atual Governo. A votação foi feita dois anos após a vitória do atual presidente conservador, que venceu com uma margem extremamente pequena. A Coreia do Sul possui um sistema presidencial controlado e equilibrado pela Assembleia Nacional, que pode ou não aprovar projetos de leis. Nesse sentido, ter um partido de oposição a Yoon dominando o parlamento dificulta o processo de tomada de decisão para a aprovação de medidas. A disputa durante as eleições parlamentares foi muito acirrada entre o partido de oposição PD (Partido Democrático) e o PPP (Partido do Poder Popular). Assim, trata-se de uma votação marcada por polarização política, assim como foram as eleições presidenciais. Entretanto, o PD conquistou com 175 assentos mas para que tivesse obtido a supremacia do parlamento seria necessário 200 assentos. O PPP chegou ao máximo 108 cadeiras, o restante, os 46, deverão ser distribuídos igualmente entre os partidos (CSIS, 2024).

Tais resultados refletem o contexto conturbado em que o presidente Yoon está inserido. Ele vem sofrendo com baixos índices de aprovação a meses, o que parece haver impactado negativamente a imagem do seu partido, e consequentemente, contribuído para perda da maioria dos assentos da Assembleia Nacional.

As principais insatisfações da população coreana são o alto custo de vida e a alta nos preços dos alimentos, em decorrência do aumento dos preços de produtos agrícolas para redundante. Há ainda uma greve dos médicos, relacionada com um aumento significativo no custo dos cursos de medicina anunciado pelo presidente.

Também relevantes foram os recentes escândalos de corrupção no país. Um exemplo foi a renúncia do embaixador da Coreia do Sul na Austrália, em meio a controvérsias sobre sua nomeação. Em outro contexto, o escândalo da bolsa Dior da Primeira-Dama. Há uma lei anticorrupção da Coreia do Sul que proíbe os funcionários públicos e os seus cônjuges de receberem presentes avaliados em mais de 750 dólares no âmbito das suas funções públicas. Ao parecer não rejeitar a bolsa, a primeira-dama deu munição aos críticos que há muito a acusam de usar sua posição para ganho pessoal (CNN, 2024). Ela recebeu o presente por um pastor americano-coreano que gravou e divulgou o vídeo do encontro, promovendo forte impacto midiático negativo sobre o partido do presidente nas eleições, dado que alegou-se que ela estaria interferindo no Governo do marido. Tais alegações tomaram ainda mais fôlego com a defesa do presidente de sua esposa.

Dessa forma, no que tange à política doméstica do país, a vitória da oposição gera uma dificuldade ainda maior para a implementação promessas de campanha do Governo, criticadas pela oposição como populistas, e de políticas chave para a Presidência como a reforma no sistema de ensino médico e a abolição do Ministério da Igualdade de Gênero. O resultado sugere ainda um crescente na possibilidade de manobras políticas que levem a um enfraquecimento do presidente e até um possível *impeachment*, que foi uma promessa da oposição para angariar votos. Ademais, aponta-se a possibilidade de restrições sobre as medidas de política externa da Coreia do Sul defendidas pelo presidente, que propõe fortalecimento da aliança com os Estados Unidos da América e de seu alinhamento em políticas regionais, além de uma posição incisiva em relação a Coreia do Norte e a busca por melhoria da relação com o Japão – medidas essas diferentes das defendidas pelo Governo anterior.

Com a minoria do seu partido no parlamento, o presidente sul-coreano encontra-se impedido de levar à frente sua agenda conservadora e, portanto, de forma vaga, promete honrar a vontade do povo expressa nas eleições e assim

realizar reformas nos assuntos do Estado, sem deixar claro quais seriam elas. Mas em sua fala, as relaciona com a instabilidade econômica, a qual está relacionada a alta de preços, que impacta diretamente na vida da população e como tal se torna uma das grandes fontes de insatisfação com o governo, tornando-se necessário tomar medidas que atendam às atuais demandas da população por estabilidade econômica e segurança. Para que isso seja possível, Yoon Suk Yeol deve aceitar a necessidade de cooperar com o Partido Democrático, que é agora o partido em maioria da Assembleia Nacional. Caso contrário, haverá um aumento da crise política evidenciada pelos resultados eleitorais.

Conclui-se, portanto, que a Coreia do Sul está vivendo uma crise política devido a polarização política e a alta de preços da Coreia do Sul. A população está insatisfeita com a atual gestão do presidente Yoon Sul Yeol. Com o fim da votação parlamentar e a maioria dos assentos liderados pelo Partido Democrático, entende-se que há uma preocupação dos cidadãos sobre as condutas de Yoon. Surge assim a necessidade de cooperar com a oposição, para que seja possível a implementação de reformas no Estado, o que poderia favorecer uma virada mais democrática de tais medidas. A Assembleia Nacional tem o poder de vetar novos projetos de leis, ou seja, qualquer nova medida que o presidente deseje impor pode ser rejeitada pelos parlamentares. A posição de Yoon é precária, visto que apesar de a oposição não ter alcançado nas eleições maioria absoluta, ainda é a maior parte. Nesse sentido, novas reformas e cooperações são importantes para o melhor futuro do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHA, Victor; PARK, Jinwan; LIM, Andy. South Korea's 2024 General Election: Results and Implications. **Center for Strategic & International Studies**. 10 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/south-koreas-2024-general-election-results-and-implications>

GONG, Se Eun. South Korea's opposition wins in landslide parliamentary elections. **NPR**. 11 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.npr.org/2024/04/11/1244039645/south-korea-opposition-parliamentary-elections>

JIM, Kim. Coréia do Sul vota em novo parlamento em campanha dominada por corrupção. **CNN Brasil**. 10 de abril de 2024. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-sul-vota-em-novo-parlamento-em-campanha-dominada-por-corrupcao/&sa=U&sqj=2&ved=2ahUKEwjltMaBusSFAXyEbkGHStIDHgQFnoEC D8QAAQ&usg=AOvVaw1B7h2mwz_e9Po2oWziVWOK

Oposição vence eleições legislativas na Coreia do Sul, mas não consegue maioria absoluta na Assembleia. **O Globo**. 10 de abril de 2024. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/10/oposicao-vence-eleicoes-legislativas-na-coreia-do-sul-mas-nao-consegue-maioria-absoluta-na-assemblyia.ghhtml>

Premiê da Coreia do Sul coloca cargo à disposição após partido governista perder eleições parlamentares. **G1**. 11 de abril de 2024. Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/10/premie-da-coreia-do-sul-eleicoes-parlamentares.ghhtml&sa=U&sqj=2&ved=2ahUKEwjltMaBusSFAXyEbkGHStIDHgQFnoECCoQAQ&usg=AOvVaw11OZTEXtKAAsRcT8hFc-7s>



O PANORAMA DA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

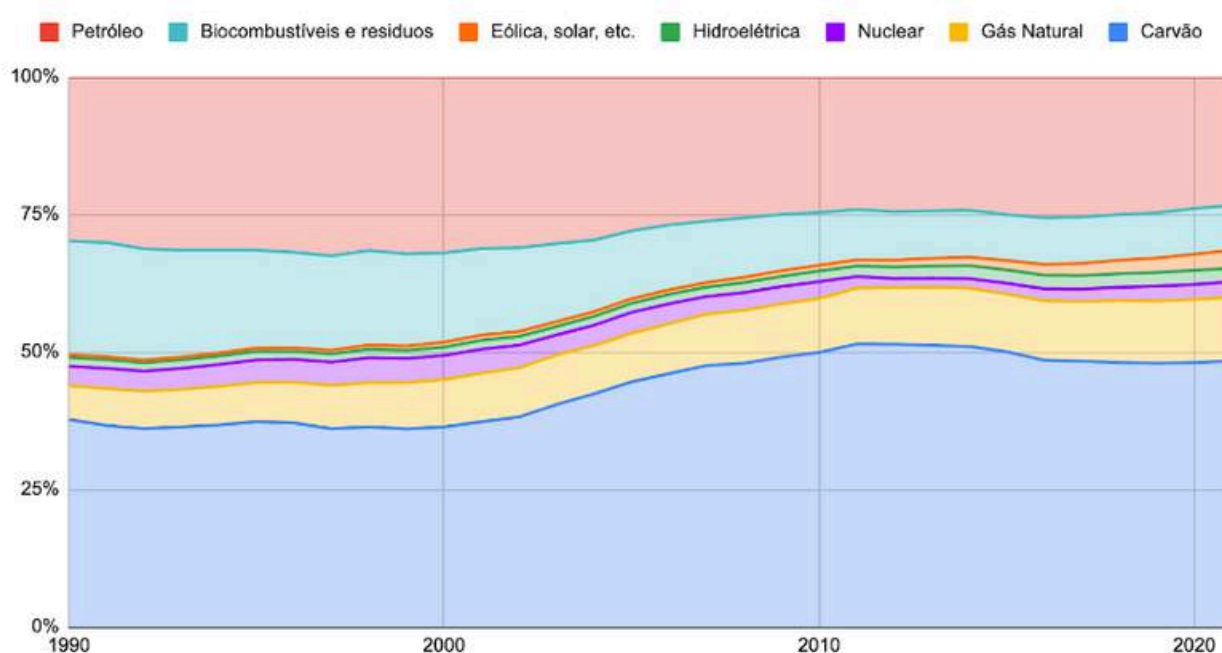
Mariana Soares Azevedo Quintanilha
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Nos últimos anos, o tema da transição energética tornou-se central nas discussões políticas sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Tanto os setores governamentais quanto os industriais têm demonstrado uma preocupação generalizada em promover mudanças nos sistemas de energia. Devido ao alto consumo de energia da Ásia-Pacífico – 43% do consumo global de energia em 2022 (Svidler, 2023) –, compreender o cenário da transição energética na região torna-se importante. Nesse sentido, este texto pretende analisar o panorama da região da Ásia-Pacífico no processo de transição energética.

Para compreender esse debate, é crucial entender o significado do termo. Araújo (2023) argumenta que a 'transição energética' refere-se a uma alteração significativa na forma como a energia é utilizada em um sistema, incluindo variações no tipo, quantidade ou qualidade de sua obtenção, distribuição e utilização. Essa transformação pode ocorrer de maneira planejada ou espontânea e envolve tanto o surgimento quanto o declínio de setores energéticos, influenciados por fatores geopolíticos, econômicos, sociais e ambientais ao longo de todo o ciclo de energia.

Na região da Ásia-Pacífico, a transição energética é uma questão salutar. Mais recentemente, com o robusto crescimento econômico, urbanização, industrialização e crescimento populacional, muitos países asiáticos precisam lidar com um processo dicotômico de aumento da demanda energética e aspirações por um futuro energético sustentável. Apesar do gradual crescimento na oferta de energias limpas, estas ainda figuram como uma pequena parcela do fornecimento total na região. Em 2021, apenas 13,8% do fornecimento de energia da região proveu-se de fontes renováveis – biocombustíveis e resíduos (8,1%); hidroelétrica (2,4%); e eólica, solar, etc. (3,3%). Por outro lado, combustíveis fósseis figuram como as principais fontes energéticas da região. Em 2021, energias não renováveis foram responsáveis pelo fornecimento de 86,2% de toda a energia da região – petróleo (23,4%); carvão (48,3%); nuclear (2,9%); e gás natural (11,6%) (IEA, 2023). O gráfico abaixo trata do fornecimento total de energia por fonte na Ásia-Pacífico.

Gráfico 01: Ásia-Pacífico¹: Fornecimento total de energia por fonte, 1990-2021

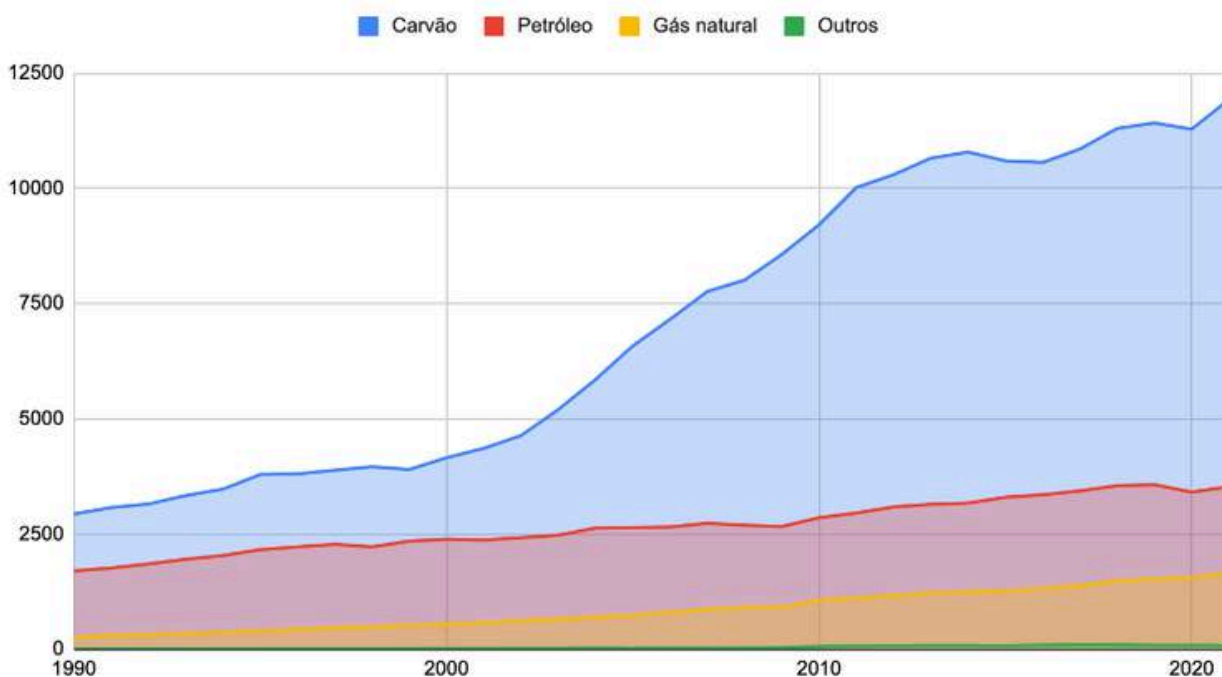


Fonte: Elaboração própria a partir de IEA, 2023

Dado o contexto de industrialização, crescimento econômico e populacional já mencionado, nas últimas três décadas é perceptível o aumento nas emissões de CO₂ na região. Em 1990, os países da Ásia-Pacífico emitiam em torno de 2500 milhões de toneladas de CO₂; em contraponto, em 2020 o valor já estava em torno de 12000 milhões de toneladas de CO₂ emitidos (IEA, 2023).

¹ Austrália, Bangladesh, Brunei, Camboja, China, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Taiwan e Vietnã.

Gráfico 02: Ásia-Pacífico: Emissões de CO2 por fonte, 1990-2021 (mt CO2)



Fonte: Elaboração própria a partir de IEA, 2023

Como observado, a região da Ásia-Pacífico enfrenta diversos obstáculos no desenvolvimento de sua transição energética. No entanto, de acordo com o relatório "Asia Pacific Energy Transition Outlook (ETO)" (Panorama da Transição Energética da Ásia-Pacífico, tradução livre) da Wood Mackenzie (2024), tais desafios não impedem que o futuro da região seja marcado pela promoção de novas políticas energéticas e grandes investimentos setoriais. A heterogeneidade intrínseca a cada país, manifestada em diferentes padrões de crescimento populacional, níveis de desenvolvimento econômico e contextos políticos, será determinante na concepção da trajetória rumo a uma economia de baixas emissões. Dessa forma, o diálogo e a cooperação regional surgem como grandes potencializadores das capacidades dos países da APAC (Ásia-Pacífico) para buscar uma solução que equilibre a relação entre as demandas de descarbonização e as diversas realidades econômicas domésticas.

Em outubro de 2023, representantes dos países da Ásia e Pacífico se reuniram no Fórum de Energia da Ásia e do Pacífico (APEF), realizado no Centro de Conferências das Nações Unidas em Bangkok. Durante o encontro, foi alcançado um consenso quanto à adoção de medidas essenciais para

direcionar o futuro do consumo e geração de energia na região, além de lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A urgência dessas ações é respaldada pelo fato de que a região é responsável por mais de 40% do consumo global de energia e pela emissão de mais da metade dos gases de efeito estufa em escala mundial (ESCAP, 2023). Durante seu discurso inicial, Armida Salsiah Alisjahbana, Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Secretária Executiva da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), destacou a interligação entre resiliência energética, segurança e sustentabilidade, ressaltando a urgência de buscar maior eficiência no uso de energia, assegurar acesso universal a fontes de energia modernas e ampliar a contribuição das energias renováveis (ESCAP, 2023). Essas medidas visam fortalecer a capacidade coletiva de lidar com desafios e impulsionar uma recuperação sólida.

Foi acordado durante o fórum que a promoção de uma maior eficiência energética e o aumento do uso de energias renováveis são questões prioritárias para fechar as lacunas no acesso à eletricidade. Além disso, os países participantes concordaram com a adoção do “Regional Road map on power system connectivity” (Plano Regional de Sistemas de Conectividade Energética, tradução livre), que busca fornecer um referencial acordado para a cooperação regional visando à integração das redes elétricas no período de 2020 a 2035 (ESCAP, 2021). O plano representa um avanço significativo em direção a sistemas energéticos seguros, sustentáveis e acessíveis na APAC, além de promover um comércio transfronteiriço de eletricidade na região. Assim, essa interconexão pode capitalizar as complementaridades entre países em termos de demanda de energia e disponibilidade de recursos energéticos, especialmente no que diz respeito ao potencial eólico, solar e hidrelétrico.

Na China, a medida mais notável de melhoria da eficiência energética é a eletrificação do transporte rodoviário. Nos países da ASEAN, Tailândia, Singapura e Filipinas têm liderado os esforços na implementação de várias medidas de eficiência energética desde os anos 1990. Apesar dos níveis desiguais de desenvolvimento da eficiência energética entre os membros da ASEAN, o bloco alcançou coletivamente uma redução de 19% na intensidade energética de 2005 a 2015 (Li et al, 2020).

À medida que a energia renovável ganha destaque no panorama energético, a indústria de energia elétrica emerge como um campo de batalha crítico.

Para lidar com o desafio contínuo de equilibrar o crescimento econômico com a conservação ambiental, uma abordagem de transformação fundamentada nos princípios sustentáveis e tecnológicos surge como uma solução.

Essa transformação implica uma transição dos sistemas energéticos baseados em combustíveis fósseis para fontes renováveis em todos os estágios de produção, transmissão, consumo e armazenamento de energia. Para enfrentar os desafios apresentados por essa nova integração, a indústria necessita de capacidades digitais robustas, tais como conectividade generalizada, uma rede de comunicação confiável e considerável poder computacional (MA, 2023). Estratégias nacionais, como Digital Indonesia, My Digital na Malásia e Digital Hub na Tailândia,² estão estabelecendo bases digitais desenvolvidas, acompanhadas de compromissos ambiciosos, como a meta da Tailândia de alcançar neutralidade de carbono até 2050 e a meta da Indonésia de emissões líquidas zero até 2060.

Apesar das diferentes fases da transição energética em que os países da Ásia-Pacífico se encontram, a abordagem 'verde e digital' deve impulsionar o ímpeto econômico da ASEAN (MA, 2023). Essa trajetória requer colaborações estreitas em todos os setores. Enquanto os governos e as entidades públicas desempenham um papel crucial na criação de um ambiente propício por meio de políticas, financiadores, investidores e empresas de todos os portes contribuem por meio de financiamento verde e mercados de negociação de carbono.

Em suma, os desafios para a transição energética na Ásia-Pacífico são multidimensionais e precisam de respostas urgentes. É fundamental a implementação de políticas robustas, investimentos em tecnologias inovadoras e a cooperação entre os países da região para alcançar uma integração eficaz de fontes renováveis, além de um compromisso firme com a redução da dependência de combustíveis fósseis, ainda tão presente nos países asiáticos.

2 Os três fazem referência a projetos governamentais comprometidos com iniciativas de transformação digital para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico de seus países. Eles têm como objetivo principal alcançar o sucesso econômico e a liderança regional na economia digital por meio de políticas específicas e metas de longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCAP. Asian and Pacific countries at UN forum agree on measures to shape energy transition, address climate crisis, 2021. Disponível em: <https://www.unescap.org/news/asian-and-pacific-countries-un-forum-agree-measures-shape-energy-transition-address-climate> . Acesso em 20 de abril de 2024.

ESCAP. Regional road map on power system connectivity: promoting cross-border electricity connectivity for sustainable development, 2021.

IEA. Energy Statistics Data Browser. IEA, Paris, 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser>. Acesso em 20 de abril de 2024.

INTAN Official Portal. MyDigital, 2021. Disponível em: <https://www.intanbk.intan.my/portal/en/civil-servant/national-agenda/mydigital#:~:text=What%20is%20MyDIGITAL%3F,regional%20leader%20in%20digital%20economy>. Acesso em 20 de abril de 2024.

LI, Bo et al. Perspectives of energy transitions in East and Southeast Asia. **WIREs Energy Environ.** 2020; 9:e364. <https://doi.org/10.1002/wene.364>

MA, Nicolas. Harmonising Asia-Pacific's energy transition horizons: Huawei unleashes the power of digital. **Energy Storage News.** Disponível em: <https://www.energy-storage.news/harmonising-asia-pacifics-energy-transition-horizons-huawei-unleashes-the-power-of-digital/> . Acesso em 20 de abril de 2024.

SVIDLER, Aleksandra. Rising Energy Pressures: Navigating Energy Vulnerability in Asia Pacific. **Euromonitor International**, 07 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/article/rising-energy-pressures-navigating-energy-vulnerability-in-asia-pacific>. Acesso em 20 de abril de 2024.

WOOD MACKENZIE. Asia Pacific could become a global leader in the energy transition, 2024. Disponível em: <https://www.woodmac.com/press-releases/2024-press-releases/asia-pacific---energy-transition-outlook/>. Acesso em 20 de abril de 2024.

_____. Indonesia Digital 2045. Disponível em: <<https://digital2045.id/>>. Acesso em 20 abril de 2024.

5

RELAÇÕES BRASIL - ASEAN: UMA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MAIS VOLTADA PARA O SUDESTE ASIÁTICO

Maria Gabriela Veloso Camelo
Marina Conde Galvão Zenha

A relação entre o Brasil e a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) tem sido uma área de crescente interesse e desenvolvimento para a política externa brasileira. Nos últimos anos, o Brasil tem buscado fortalecer seus laços com os países do Sudeste Asiático, reconhecendo o potencial econômico, político e estratégico dessa região dinâmica do mundo.

Na década de 1990, as relações entre o Brasil e o Sudeste Asiático começaram a se intensificar.³ Nesse período, vários países da região experimentaram um crescimento econômico significativo, impulsionado por uma maior integração no comércio internacional, enquanto o Brasil embarcava em um processo de abertura econômica. Apesar da crise financeira de 1997, que teve um impacto drástico na economia e na política do Sudeste Asiático, as relações com o Brasil têm mantido uma trajetória consistente desde então (Veloso, 2017).

A ASEAN em si foi fundada em agosto de 1967 e tem ganhado destaque crescente não apenas de forma regional, mas globalmente. Nos dias atuais, a organização é composta por dez Estados membros: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã, além de dois Estados observadores, Timor Leste e Papua Nova Guiné. A presidência do bloco é rotativa, e em 2024 está sendo exercida pelo Laos. (ASEAN, 2024)

Conforme estabelecido em seu estatuto original, os principais objetivos da ASEAN são promover o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região, além de fomentar a paz e a estabilidade regionais por meio do respeito contínuo à justiça e ao Estado de Direito nas relações entre os países membros, seguindo os princípios da Carta das Nações Unidas. A visão de uma comunidade única da ASEAN inclui disposições para a paz e estabilidade, uma região livre de armas nucleares, integração econômica mais estreita, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, entre outros. (ASEAN, 1967)

³ Até 1990, o Brasil possuía apenas 7 acordos bilaterais no Sudeste Asiático; em 2017, eram mais de 60. Não havia qualquer mecanismo de encontros bilaterais regulares; em 2017, havia cerca de 15, entre ativos e planejados. Em 1990, o Sudeste Asiático respondia por 2,3% do comércio exterior brasileiro; em 2016, essa cifra alcançou 5,1%. (Velloso, 2017).

Desde os anos 2000, a ASEAN tem buscado inspiração em um modelo operacional semelhante ao da União Europeia. No entanto, dentre outras diferenças, o cerne da ASEAN possui uma característica singular chamada "*The ASEAN Way*" ("O Jeito ASEAN"). Essa abordagem adota uma diplomacia discreta (*quiet diplomacy*) e leva em conta as normas culturais nacionais e regionais - dada a diversidade étnica, religiosa e cultural dos membros-, mas priorizando sempre o compromisso e a consulta no processo informal de tomada de decisão, a fim de resolver problemas de forma não conflituosa e baseada no consenso. (Tekunan, 2014)

A ASEAN tem se destacado como uma das regiões de crescimento mais significativo do mundo, com um PIB combinado de US\$ 3,8 trilhões e uma população de 682 milhões de pessoas. Esse dinamismo tem impulsionado as relações econômicas com o Brasil ao longo das décadas. Em 2023, a ASEAN se tornou o terceiro principal destino das exportações brasileiras, superando o MERCOSUL, e o sexto maior fornecedor de produtos para o Brasil. No último ano, as exportações para a região totalizaram US\$ 24,4 bilhões, destacando-se os setores de petróleo, minério de ferro e produtos agrícolas (Apex Brasil, 2024).

Os países do Sudeste Asiático representam um mercado em expansão para produtos brasileiros, como alimentos, produtos agrícolas, produtos manufaturados e serviços. Além disso, há oportunidades para cooperação em áreas como energia, tecnologia, infraestrutura e turismo. Entre 2019 e 2023 as vendas brasileiras para a ASEAN tiveram crescimento médio anual de 19,8%, taxa superior ao crescimento médio anual do valor total exportado pelo Brasil nesse período (11,3%) (Apex Brasil, 2024), o que indica que o bloco tem ganhado destaque e relevância estratégica no comércio exterior brasileiro.

O Investimento Externo Direto (IED) da ASEAN apresenta uma distribuição bastante heterogênea entre os países membros. Singapura se destaca como o maior investidor do bloco econômico, contribuindo com mais de 73% do valor total investido. Além disso, Singapura também é o principal investidor da ASEAN no Brasil.

No que diz respeito aos investimentos *greenfield* mais recentes, alguns projetos se destacam. Em 2023, a OLAM, com sede em Singapura, anunciou a inauguração de uma fábrica de cafés solúveis em Linhares, ES, com um investimento estimado em US\$ 206 milhões e a criação de 270 empregos.

Outro projeto significativo foi a abertura de uma fábrica de produtos de potássio pela Verde Agritech, também com base em Singapura, em São Gotardo, MG, em 2022, com um investimento estimado em US\$ 54,3 milhões. Além disso, a Summit Hotels, com sede na Tailândia, anunciou a abertura de duas unidades em Pouso Alegre e Lambari, MG, com um investimento combinado de US\$ 47,4 milhões e a geração de 200 empregos em ambas as unidades. (Apex Brasil, 2024)

Em 2023 o comércio entre o Brasil e a ASEAN registrou números recordes, e já começou 2024 com dados ainda mais significativos: as exportações brasileiras aumentaram 35,2%, totalizando US\$ 4,721 bilhões, enquanto as importações, que haviam apresentado uma queda de 6,91% em 2024, registraram um forte crescimento de 22,7% nos primeiros dois meses deste ano. Como resultado, a corrente de comércio entre as partes cresceu 31,5%, atingindo US\$ 6,470 bilhões, com um superávit brasileiro de US\$ 2,973 bilhões, indicando um saldo ainda mais favorável em comparação aos US\$ 15,128 bilhões apurados em 2023. (Comex Brasil, 2024). Outro dado de destaque é que, nos primeiros dois meses de 2024, as exportações brasileiras para o Sudeste Asiático aumentaram em 30%, representando aproximadamente 80% do total exportado para a União Europeia durante o mesmo período.

Hoje, o Brasil exporta para cinco economias da ASEAN (Singapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Vietnã) mais do que o total exportado para cinco das economias do G7 (Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália). O comércio com o Sudeste Asiático, que em 2002 estava em US\$ 2,9 bilhões, cresceu para US\$ 34 bilhões em duas décadas. As trocas comerciais com a ASEAN agora representam quase um quarto do superávit da balança comercial brasileira. Esses são dados impactantes, muitas vezes desconhecidos pela maioria, que destacam a importância estratégica da região para o Brasil (Vieira, 2023).

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) realizou um mapeamento dos sistemas de inovação das cinco principais economias da ASEAN e, em agosto de 2023, promoveu o primeiro "Brazil-Asean Innovation Sessions", uma série de eventos online focados em ciência, tecnologia e inovação, abordando temas como startups, semicondutores e mobilidade sustentável. A partir das demandas identificadas pela ASEAN em áreas como energias renováveis, agricultura sustentável e saúde pública, ficou evidente que o Brasil tem muito a oferecer por meio de projetos liderados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (Brasil, 2023).

Para além dos aspectos econômicos, a aproximação entre o Brasil e a ASEAN também acarreta implicações políticas e estratégicas. A região do Sudeste Asiático desempenha um papel fundamental nos assuntos globais, e o fortalecimento dos laços com os países membros da ASEAN pode auxiliar o Brasil a expandir sua influência e presença no cenário internacional. Essa aproximação pode ser particularmente relevante em questões como segurança regional, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e governança global.

Local de encontro de diversas culturas e palco antigo de disputas geopolíticas, o Sudeste Asiático demonstrou uma notável capacidade de se adaptar pragmaticamente a sucessivas transformações internacionais. Como berço do movimento não alinhado, a região desempenha um papel central na promoção do diálogo na região da Ásia-Pacífico, consolidando sua habilidade de mitigar tensões, especialmente no Mar do Sul da China. Em meio ao atual momento de reorganização política global, torna-se ainda mais relevante a aproximação do Brasil com a ASEAN, contribuindo para a construção de uma coalizão de países em desenvolvimento que defendem, acima de tudo, o direito à sua própria autonomia.

O esforço de aprofundamento das relações com os países do Sudeste Asiático é justificado por diversas razões. Isso faz parte do processo geral de ampliação das relações internacionais do Brasil, fortalecendo nossas credenciais como ator global, especialmente em um momento da globalização em que as distâncias geográficas estão se tornando cada vez menos relevantes. A região é caracterizada por sua estabilidade política, perspectivas sólidas de crescimento econômico e uma disposição significativa para interagir com atores externos. Além disso, o Sudeste Asiático compartilha objetivos e características frequentemente similares às do Brasil, oferecendo diversos nichos propícios para ganhos mútuos por meio da cooperação (Barbosa, 2017)

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados na relação Brasil-ASEAN. Barreiras linguísticas, diferenças culturais e distâncias geográficas podem dificultar a comunicação e a cooperação entre as duas partes. Além disso, questões como protecionismo comercial, disputas territoriais e divergências políticas podem representar obstáculos ao aprofundamento das relações bilaterais.

A relação Brasil-ASEAN representa uma parte importante da política externa brasileira, refletindo o crescente interesse do Brasil em se engajar com regiões dinâmicas e estratégicas ao redor do mundo. Ao fortalecer os laços com os países do Sudeste Asiático, o Brasil busca não apenas ampliar suas oportunidades econômicas, mas também contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento tanto de si próprio, quanto da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEX BRASIL. ASEAN emerge como um dos principais destinos das exportações brasileiras. Março de 2023. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/ASEAN-emerge-como-um-dos-principais-destinos-das-exportacoes-brasileiras.html>.

ASEAN. ASEAN Charter, 1967.

BRASIL, Governo do. Membros da ASEAN conhecem diversos setores para possíveis parcerias no Brasil. Dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/membros-da-asean-conhecem-diversos-setores-para-possiveis-parcerias-no-brasil>.

COMEX DO BRASIL. Brasil e ASEAN vão debater comércio e parceria em seminário no Itamaraty. Abril de 2024. Disponível em: <https://comexdobrasil.com/itamaraty-promove-seminario-para-fortalecer-comercio-e-parceria-estrategica-com-asean/>.

FERNANDES, José Carlos Silvestre. BRICS, IBAS e o contexto das relações entre o Brasil e a Ásia. In: BARBOSA, Pedro Henrique Batista (org.) Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2017. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1208RELACAO_BRASIL_ASIA_MIOLO_FINAL_31_08_V.pdf

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. São Paulo em Perspectiva. Vol. 16, n.1, pp. 114-124. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jzWthnHncQMMfdzsmYgzZPt/?lang=pt>.

TEKUNAN, Susy. The Asean Way: The Way To Regional Peace? *Jurnal Hubungan Internasional*, Vol. 3, n. 2, pp. 142-147. Outubro de 2014. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/309227987_The_Asean_Way_The_Way_To_Regional_Peace.

VELOSO, Rafael Alonso. Relações Brasil-Sudeste Asiático/Asean. In: BARBOSA, Pedro Henrique Batista (org); *Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2017. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1208-RELACAO_BRASIL_ASIA_MIOLO_FINAL_31_08_V.pdf.

VIERA, Mauro. Brasil e Asean: um novo olhar ao Sudeste Asiático. *Correio Brasiliense*. Outubro de 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/opiniaio/2023/10/5131740-brasil-e-asean-um-novo-olhar-ao-sudeste-asiatico.html>.

6

RELAÇÕES ENTRE TAILÂNDIA E CAMBOJA: UM PANORAMA HISTÓRICO E POLÍTICO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Beatriz Nardy de Queiroz

Giovanna Martins Athayde

As relações entre Tailândia e Camboja remontam ao século XIII, durante a Era de Angkor, quando o Império “Khmer” se estendia por territórios que hoje compreendem a Tailândia, Laos, Camboja e Vietnã, abrigando o maior centro urbano pré-industrial do mundo e uma complexa rede de recursos hídricos (Carruthers, 2022). Desde então, a relação entre os dois países atravessou momentos de cooperação e afastamento, incluindo rupturas diplomáticas, disputas jurídicas, econômicas e antagonismos históricos.

Entretanto, em janeiro de 2003, a Tailândia cortou relações com o Camboja no contexto de uma disputa diplomática (The Telegraph, 2003). Na ocasião, Suwanna Konying, uma atriz tailandesa, supostamente declarou que não visitaria o Camboja a menos que o Templo Angkor Wat – a maior construção religiosa do mundo e patrimônio mundial da UNESCO, “localizada na cidade cambojana de Siem Reap” – fosse reivindicado pela Tailândia (Ratcliffe, 2021; The Telegraph, 2003). Embora a atriz tenha posteriormente negado ter feito o comentário, a embaixada Tailandesa em Phnom Penh, capital do Camboja, foi incendiada por estudantes, “o que desencadeou uma crise diplomática entre os dois países” (The Telegraph, 2003).

O ano de 2008 também marcou momentos de tensão na relação entre Tailândia e Camboja. Uma denúncia apresentada pelo Camboja na Corte Internacional de Justiça envolveu a alegação de que a Tailândia havia ocupado um pedaço de seu território que abarcava as ruínas do Templo Preah Vihear, um local sagrado para o povo cambojano (International Court of Justice, s.d). A decisão final da Corte não apenas confirmou que o templo estava situado no território do Camboja, mas também determinou que a Tailândia deveria remover qualquer força militar ou policial estacionada na fronteira entre os dois países (International Court of Justice, s.d).

Todavia, durante a administração da ex-primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra, em 2011, a relação entre os dois países, na maior parte do tempo, foi de cooperação. Embora o golpe de Estado na Tailândia em 2014 e a repressão aos trabalhadores migrantes cambojanos ilegais tenha gerado uma movimentação

no território tailandês, tanto o governo do então primeiro-ministro cambojano, Hun Sen, quanto do então primeiro-ministro tailandês, Prayut Chan-o-cha, entenderam que era necessário a coexistência pacífica como vizinhos. Além disso, foi reconhecida também a interdependência econômica, o que contribuiu ainda mais para um estreitamento dos laços diplomáticos e para a proibição de qualquer força de oposição nos respectivos territórios.

Atualmente as administrações de Hun Manet como primeiro-ministro do Camboja e Srettha Thavisin como primeiro-ministro da Tailândia continuam a reforçar os seus laços políticos, em parte devido ao legado deixado pelos antigos primeiros-ministros Hun Sen e Thaksin Shinawatra. Uma das agendas centrais da diplomacia de vizinhança entre Camboja e Tailândia têm sido as disputas territoriais. Após a resolução da disputa em torno de Preah Vihear, uma das preocupações principais se concentra na Área de Reivindicação Sobreposta Tailândia-Camboja ('OCA', na sigla em inglês) (East Asia Forum, 2024). Esta área, uma seção de 27.000 km² no Golfo da Tailândia, é reivindicada por ambos os países e estima-se conter 11 trilhões de pés cúbicos de gás natural, além de grandes depósitos de petróleo (Regalado, 2024). Recentemente, ministros tailandeses e cambojanos concordaram em avançar com as negociações para desenvolver a OCA, o que marca um possível descongelamento de uma disputa que persiste há duas décadas. Essa abertura pode permitir a exploração de petróleo e gás em uma área considerada altamente promissora por diversos especialistas. (Larkin, 2023).



Fonte: Connor, 2023.

No entanto, a disputa de longa data sobre a OCA representa um potencial ponto de tensão, especialmente devido ao possível ressurgimento do nacionalismo e à inflexibilidade de visões presentes nas facções políticas internas da Tailândia, sobretudo dos grupos conservadores (East Asia Forum, 2024). Assim, a abordagem futura requer uma revitalização das discussões no âmbito do Memorando de Entendimento de 2001.¹ Devido às tensões políticas e às questões relacionadas à demarcação das fronteiras terrestres entre os dois países, as discussões formais nunca avançaram para além de conversas preliminares e apresentações iniciais por grupos de trabalho. Nesse sentido, para alcançar o sucesso nas negociações, é necessário que ambos os países busquem um terreno comum para a cooperação energética, ao mesmo tempo em que consideram cuidadosamente as divergências territoriais existentes (East Asia Forum, 2024).

¹ Anteriormente o Memorando do Entendimento de 2001 foi acordado apenas para a resolução das disputas territoriais entre os países. Porém, revitalizações avançaram para um acordo de cooperação energética, já que tanto a Tailândia enfrenta um declínio de gás natural e precisa reforçar a sua segurança energética; e o Camboja é totalmente dependente de fontes estrangeiras de energia e não tem tido sucesso no desenvolvimento de sua própria indústria (CLC Asia, 2023).

De forma complementar, a questão do controle das fronteiras de imigração na Tailândia também é um fator sensível que aumenta a complexidade da relação entre os dois países. A Tailândia é um destino popular na ASEAN para os trabalhadores cambojanos que buscam melhores condições de trabalho e de vida, o que contribui para a migração ilegal e para atividades comerciais transnacionais (Lin; Longo, 2024). Essa grande quantidade de migrantes torna desafiador gerenciar eficazmente o fluxo de pessoas que cruzam a fronteira terrestre entre a Tailândia e o Camboja, especialmente considerando que, na maioria dos casos, muitos desses trabalhadores cambojanos carecem de documentação adequada, levando a uma exploração laboral e perseguição por parte das autoridades tailandesas – apenas no mês de abril de 2023, cerca de 800 trabalhadores cambojanos foram detidos na Tailândia (Khmer, 2023).

Entretanto, há um ponto vantajoso se houver uma gestão adequada da política de migração entre o Camboja e a Tailândia: conforme analisado pelo East Asia Forum (2024), o aumento da migração de mão-de-obra do Camboja para a Tailândia tem contribuído para o crescimento econômico através da manutenção de uma força de trabalho estável em setores como agricultura, construção, pesca e indústria transformadora. Em troca, os produtos fabricados pelos trabalhadores cambojanos são enviados às suas famílias, contribuindo assim para o bem-estar e a economia desses lares.

Uma segunda vantagem nesse aspecto diz respeito ao intercâmbio entre pessoas, o que gera uma diplomacia mais significativa entre Camboja e Tailândia. A priorização do comércio e do investimento transfronteiriço é crucial, pois ao incentivar essas interações prósperas, promovem-se laços estreitos entre os cidadãos e, conseqüentemente, entre os dois governos. Isso, por sua vez, ajudará a reduzir a politização da sensibilidade cultural entre as duas nações. A nova geração de líderes deve dedicar mais esforços para fortalecer o intercâmbio comercial transnacional e criar oportunidades de investimento ao longo das fronteiras terrestres.

Embora o Camboja e a Tailândia tenham estabelecido sistemas interoperáveis de remessas de pagamentos através de QR code, o investimento e o comércio entre as duas nações ainda se encontram em níveis relativamente baixos em comparação com outros países asiáticos. De acordo com o jornal Khmer Times (2024), em 2022, o volume de comércio entre Tailândia e Camboja ultrapassou 8 milhões de dólares, com 6,4 milhões de dólares provenientes de exportações

tailandesas para o Camboja e 1,6 milhões de dólares representando as importações do Camboja.

Cada vez mais, os empresários tailandeses reconhecem o Camboja como um destino de investimento favorável devido às políticas econômicas do país, incluindo incentivos de investimento direto estrangeiro. Ainda segundo o jornal Khmer Times, a política "Viver com a Covid-19", lançada pelo governo cambojano no final de 2021, desempenhou um papel crucial no fomento do crescimento econômico do país. O comércio cada vez mais estreito entre os dois países ajudará a facilitar uma conectividade regional mais forte, especialmente ao longo do Corredor Econômico Sul,² uma rota comercial vital para a sub-região do Grande Mekong.

É possível observar que o Camboja e a Tailândia compartilham uma rica herança cultural, o que contribuiu para a diplomacia entre os dois países. Apesar dos desafios representados pelo nacionalismo em ascensão, pelo populismo e por sensibilidades políticas, é fundamental que os dois países, juntamente com outras nações asiáticas, abordem essas dinâmicas com o compromisso de um diálogo aberto e de uma compreensão mútua, promovendo assim trocas mais próximas entre os povos e garantindo que os objetivos da paz, estabilidade e prosperidade prevaleçam sobre qualquer divisão entre as duas nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRUTHERS, Marissa. O antigo império asiático que floresceu e morreu por conta da água. **BBC**, 01 fev. 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-59783570>. Acesso em 17 abr. 2024.

CONNOR, Mitch. Thailand and Cambodia to resume talks over disputed Gulf region. **The Thaiger**, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://thethaiger.com/news/national/thailand-and-cambodia-to-resume-talks-over-disputed-gulf-region>. Acesso em 20 abr. 2024.

2 Os corredores econômicos são um sistema integrado de vias terrestres, ferrovias e portos que facilitam o comércio regional e internacional, ligando centros de produção e consumo, e promovem o desenvolvimento de áreas negligenciadas. O Corredor Econômico Sul conecta o Camboja com seis províncias na Tailândia, incluindo Bangkok, quatro regiões no Vietnã, incluindo Ho Chi Minh City, e seis províncias na República Democrática Popular do Laos. Também se estende até Dawei, em Mianmar (Greater Mekong Subregion, s.d.; Greater Mekong Subregion, s.d.)

GREATER MEKONG SUBREGION. Explainer: What is an Economic Corridor?

Greater Mekong Subregion, s.d. Disponível em:

<https://greatermekong.org/explainer-what-economic-corridor#:~:text=The%20Southern%20Economic%20Corridor%20runs,reaches%20to%20Dawei%20in%20Myanmar>. Acesso em 29 abr. 2024.

GREATER MEKONG SUBREGION. Economic Corridors in the Greater Mekong Subregion. **Greater Mekong Subregion**, s.d. Disponível em:

<https://greatermekong.org/g/economic-corridors-greater-mekong-subregion>. Acesso em 29 abr. 2024.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Temple of Preah Vihear (Cambodia v. Thailand): Overview of the case. **International Court of Justice**, s.d. Disponível em <https://www.icj-cij.org/case/45>. Acesso em 18 abr. 2024.

KHMER, Rfa. Hundreds of Cambodian migrant workers arrested in Thailand.

Radio Free Asia, 5 mai. 2023. Disponível em

<https://www.rfa.org/english/news/cambodia/migrant-workers-thailand-05052023163205.html>. Acesso em 19 abr. 2024.

KHMER TIMES. Partnership between EXIM Thailand and CCC to drive Thai-Cambodian trade and investment. **Khmer Times**, 10 fev. 2024. Disponível em:

<https://www.khmertimeskh.com/501437767/partnership-between-exim-thailand-and-ccc-to-drive-thai-cambodian-trade-and-investment/>. Acesso em 19 abr. 2024.

LARKIN, Chris. Thailand Cambodia Overlapping Claims Area. Is a settlement in sight? **CLC Asia**, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://www.clc-asia.com/thailand-cambodia-overlapping-claims-area/>. Acesso em 20 abr. 2024.

LIN, Chhay; LONGO, Sovitou. The past, present and future of Cambodia-Thailand relations. **East Asia Forum**, 27 mar. 2024. Disponível em

<https://eastasiaforum.org/2024/03/27/the-past-present-and-future-of-cambodia-thailand-relations/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

RATCLIFFE, Rebecca. New Thai temple sparks controversy over claims it imitates Angkor Wat. **The Guardian**, 27 ago. 2021. Disponível em

<https://www.theguardian.com/world/2021/aug/27/new-thai-temple-controversy-claims-imitates-angkor-wat>. Acesso em 17 abr. 2024.

REGALADO, Francesca. Thailand and Cambodia agree to talks on disputed, energy-rich waters. **Nikkei Asia**, 7 fev. 2024. Disponível em <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Thailand-and-Cambodia-agree-to-talks-on-disputed-energy-rich-waters>. Acesso em 17 abr. 2024.

THE TELEGRAPH. Protesters set fire to Thai embassy. **The Telegraph**, 29 jan. 2003. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/1420437/Protesters-set-fire-to-Thai-embassy.html>. Acesso em 17 abr. 2024.



GUERRA CIBERNÉTICA: EUA X CHINA

Marcelo Santos Ribeiro
Sofia Mendes Magalhães

O debate acerca de inovação e tecnologia tem sido um dos principais pontos de tensão entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China. Essa disputa perpassa e se desdobra em frentes distintas, como inteligência artificial, tecnologia 5G e semicondutores. Nesse contexto, o Governo estadunidense vem restringindo a atuação de empresas chinesas da área de tecnologia dentro de seu território. Exemplos são as restrições à ZTE e à Huawei durante o governo Trump. No entanto, essas restrições se ampliaram sob o governo Biden.

Atualmente, por exemplo, o Congresso e o Senado dos EUA têm discutido a possibilidade de proibição do aplicativo *Tiktok* sob alegações de riscos de cibersegurança (Rabinowitz, 2024). O principal argumento é de que o aplicativo traz uma preocupação adicional para a segurança nacional dos EUA. Alega-se que dados sensíveis de navegação de cidadãos estadunidenses poderiam ser compartilhados com o Governo chinês. No último dia 20, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei que permite seguir com a proibição do aplicativo, a não ser que os atuais proprietários vendam a empresa nos próximos meses. A única pendência para a sanção da lei é a assinatura do presidente Joe Biden. (Fung, 2024)

Nesse contexto, os últimos anos tiveram um aumento de preocupações e desconfianças mútuas com relação a espionagem, roubo de propriedade intelectual, acesso a dados sensíveis, e transferência de *malwares* para infraestruturas críticas. Em 2023, o diretor do FBI, Christopher Wray, junto com outros funcionários do alto escalão estadunidense alegaram que hackers apoiados pelo Governo chinês têm como alvo estações de tratamento de água, infraestrutura elétrica, oleodutos e gasodutos estratégicos em solo estadunidense (Al Jazeera, 2024). O posicionamento foi corroborado pela Aliança Cinco Olhos, que possui EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia como membros. Em suma, o grupo que teve sua origem no pós Segunda Guerra Mundial tem como objetivo a cooperação sob o prisma de inteligência.

No passado cooperavam para monitorar as comunicações da União Soviética com os demais países do Leste Europeu. Mais recentemente, após o atentado do 11 de Setembro, seus esforços voltaram para o monitoramento de células terroristas e para o monitoramento das comunicações chinesas, logo, possuem grande atuação na área de cibersegurança (Tidy, 2023).

Em paralelo, o Governo chinês rebateu as alegações dos EUA e indicou que há uma “campanha de desinformação coletiva” liderada pelos países da Aliança Cinco Olhos. Nesse sentido, Mao Ning, funcionário do Ministério das Relações Exteriores argumentou que: “O fato é que os Estados Unidos são o império dos hackers”. Além disso, a empresa chinesa 360 Security Technology tornou pública a estatística de que 51 organizações hackers estariam visando ataques cibernéticos na China a partir do apoio de governos estrangeiros (BBC, 2023).

Uma consequência dos desafios cibernéticos enfrentados pelos dois países é a evolução da governança em instituições domésticas. No que tange aos EUA há um debate crescente sobre essa temática. Inclusive, o grupo não governamental Fundação para Defesa das Democracias (FDD) publicou um estudo defendendo a criação de uma Força Cibernética independente. O FDD foi criado após os ataques do 11 de Setembro, e desde então atua de forma independente gerando relatórios e estudos para os Governos Bush, Obama, Trump e Biden. Nesse contexto, a sugestão da Força Cibernética Independente serviria para promover a inovação e flexibilidade na implementação de projetos, tecnologias e estratégias no campo da cibersegurança, bem como um direcionamento mais técnico para as forças militares (FDD, 2024).

No entanto, enquanto esse tópico ainda está em discussão nos Estados Unidos, a China se utiliza da Força de Apoio Estratégico do Exército de Libertação Popular (PLA-SSF) como instituição basilar no seu programa de modernização tecnológica-militar. A PLA, que é um braço das Forças Armadas, Marinha e Força Aérea, existe desde 1927 e foi reformada em 2015 para abarcar também o Departamento de Cibersegurança e a divisão Espacial do exército chinês. Essa estratégia, permite com que a China tenha áreas de inteligência específicas em áreas emergentes. Garantindo assim, que consigam melhorar as suas capacidades em temáticas da guerra cibernética, espacial e informacional.

Nesse aspecto, o processo de descentralização supracitado, permitiu com que as novas unidades avançassem em projetos que dialogassem com temas considerados chave pelo Governo chinês, aplicando também seus desdobramentos nas diferentes indústrias. Um exemplo é o entendimento e evolução da inteligência artificial, a partir de uma utilização militar. Em paralelo, apesar da separação das unidades, a PLA-SSF também fornece apoio de inteligência aos demais ramos militares chineses (SMCP, 2024).

Em adição, o panorama atual da relação entre os dois países reforça a tendência de *decoupling*, ou dissociação das duas principais economias do mundo. Esse processo se dá pela ação na redução de dependências entre os dois países e pela proteção de suas empresas nacionais, visando garantir uma maior competitividade. Nesse aspecto, há a expectativa de que os EUA reduza importações da China, e continuem ampliando as restrições às principais empresas chinesas, e em contrapartida, a China seguirá investindo em inovações que permitam garantir a sua autossuficiência tecnológica. Em uma de suas falas, Xi Jinping sinalizou que a China seguiria mobilizando recursos em todo o país para alcançar avanços tecnológicos-chave (THE ECONOMIST, 2022). Isso se reflete em um estudo conduzido pelo Instituto de Políticas Estratégicas Australiano (ASPI). Nesse documento, identificou-se 23 tecnologias de áreas críticas, e delas, a China lidera os esforços de pesquisa em 19 (equivalente a 80%), enquanto que os estadunidenses lideram as 4 tecnologias restantes. (Takatsuki, 2023).

Além das tensões ligadas à guerra cibernética, os Estados Unidos têm levantado preocupações a respeito do risco de espionagem por meio de aplicativos e aparelhos eletrônicos chineses. Essas preocupações se concentram em alegações de que empresas chinesas poderiam estar coletando dados sensíveis de usuários ao redor do mundo e compartilhando essas informações com o governo chinês.

Uma das preocupações mais proeminentes é o uso de aplicativos chineses, como o *TikTok*, para coletar dados pessoais de usuários e potencialmente fornecê-los ao governo chinês (BAZARAA, 2023). O governo dos EUA tem levantado questões quanto à segurança cibernética desses aplicativos e proposto medidas para limitar seu uso no país, citando preocupações com a proteção de dados e a possibilidade de espionagem.

Além disso, dispositivos eletrônicos fabricados na China também têm sido alvo de suspeitas de espionagem (SILVA,2023). Alega-se que certos dispositivos, tais como câmeras de vigilância e roteadores de internet, poderiam conter *backdoors* ou vulnerabilidades que permitiriam o acesso não autorizado a dados pelos fabricantes chineses ou pelo Governo chinês.

Contudo, é relevante ter em mente que as alegações dos Estados Unidos sobre espionagem por aplicativos e dispositivos eletrônicos chineses podem ser parte de estratégias de influência e desinformação (BING; SCHECTMAN, 2024). Sob diferentes administrações, o governo dos Estados Unidos tem sido acusado de lançar campanhas de influência e propaganda para moldar a percepção pública e justificar políticas externas agressivas. Como mencionado anteriormente, a CIA lançou uma ação secreta durante o governo Trump para influenciar o público chinês e minar o governo comunista chinês (BING; SCHECTMAN, 2024). Essa ação pode incluir a divulgação de dados negativos sobre a China e suas companhias, numa tentativa de desacreditá-las no exterior.

Há, portanto, um histórico de afirmações dos Estados Unidos sobre ameaças de segurança cibernética relacionadas a países vizinhos, como a China, usadas como instrumentos políticos para promover agendas estratégicas e econômicas. Essas alegações podem ser disseminadas para influenciar a opinião pública e justificar políticas de segurança cibernética mais rígidas e restrições comerciais à China. Sendo assim, apesar de as preocupações com a espionagem cibernética chinesa serem legítimas, é crucial analisá-las de forma crítica, considerando o contexto geopolítico e as possíveis motivações por trás delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL JAZEERA; US says it blocked China cyber-threat but warns hackers can 'wreak havoc'. **Al Jazeera**, 1 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/2/1/us-says-it-blocked-china-cyber-threat-but-warns-hackers-can-wreak-havoc>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BAZARAA, Danya. How household devices collect data amid warnings China monitor Brits, [s.d.]. **DAILY MAIL**, 2023. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-11670357/How-household-devices-collect-data-amid-warnings-China-monitor-Brits.html>. Acesso em: 19 abr. 2024>.

BING, Christopher; SCHECTMAN, Joel. Trump launched CIA covert influence operation against China. **REUTERS**, 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/us/trump-launched-cia-covert-influence-operation-against-china-2024-03-14/>. Acesso em: 19 abr. 2024>.

FDD. United States Cyber Force: A Defense Imperative. **FDD**, 25 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.fdd.org/analysis/2024/03/25/united-states-cyber-force/>. Acesso em: 16 abr. 2024>.

FUNG, Brian. Senado dos EUA aprova lei que pode banir TikTok no país; entenda os próximos passos. **CNN**, 23 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/senado-dos-eua-aprova-lei-que-pode-banir-tiktok-no-pais-entenda-os-proximos-passos/>. Acesso em: 29 abr. 2024>.

SILVA, Rhuan. Lei de segurança nacional da China é risco para aplicativos chineses, [s.d.]. **GAZETA DO POVO**, 2023. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/lei-seguranca-nacional-china-risco-para-aplicativos-chineses/>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RABINOWITZ, Hannah; LYNKAAS, Sean. Hackers chineses se preparam para “causar estragos no mundo real”, alerta FBI. **CNN**, 31 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/hackers-chineses-se-preparam-para-causar-estragos-no-mundo-real-alerta-fbi/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TIDY, Joe. Hackers: a guerra de versões sobre países que promovem mais ataques cibernéticos. **BBC**, 29 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj19jglk1kro>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TAKATSUKI, Kaoru. China leads high-tech research in 80% of critical fields: report. **Nikkei Asia**, 15 set. 2023. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Business/China-tech/China-leads-high-tech-research-in-80-of-critical-fields-report#:~:text=TOKYO%20%2D%2D%20China%20leads%20advanced,Japan%20through%20state%2Dled%20investment>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

WANG, Amber. Strategic Support Force: China's mission to win future wars hinges on this shadowy military branch. **SCMP**, 27 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3256763/strategic-support-force-chinas-mission-win-future-wars-hinges-shadowy-military-branch>>. Acesso em: 16 abr. 2024.



A REUNIÃO ENTRE MA YING-JEOU E XI JINPING: REFLEXOS DO ENSIONAMENTO GEOPOLÍTICO NA ÁSIA-PACÍFICO

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

A reunião entre o ex-presidente de Taiwan, Ma Ying-jeou, e o presidente chinês, Xi Jinping, em 10 de abril deste ano, marca um acontecimento significativo nas relações entre Taiwan e a China. Este encontro, ocorrido durante uma viagem de 11 dias do ex-presidente Ma à China, é o segundo entre os dois líderes, sendo o primeiro desde que deixou o cargo presidencial. No presente texto, examinaremos os principais aspectos dessa reunião e seu impacto nas dinâmicas políticas tanto em Taiwan quanto na China em um contexto de tensão geopolítica que extrapola a região da Ásia-Pacífico.

Inicialmente, é importante destacar o contexto político em que ocorreu a reunião. O adiamento inicial da data da reunião, especulado para coincidir com o encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o primeiro-ministro japonês, Kishida Fumio, sugere uma consideração cuidadosa dos eventos geopolíticos pelos governos chinês e taiwanês (Hioe, 2024). Além disso, a presença de Ma em território chinês, tanto em 2023 quanto em 2024, levanta questões sobre a posição do Kuomintang (KMT)¹ em relação às relações transfronteiriças e à política de “um país, dois sistemas” proposta pela China (Cooney, 1997).

Durante a reunião, Ma e Xi enfatizaram os laços culturais entre Taiwan e a China, destacando a herança comum de cinco mil anos de cultura chinesa. Essa ênfase reflete não apenas a narrativa histórica compartilhada entre os dois lados do Estreito de Taiwan, mas também a busca por legitimidade política por parte do KMT em Taiwan, especialmente em meio ao aumento da identidade taiwanesa entre os jovens e à crescente pressão ocidental sobre a soberania taiwanesa (Corcuff, 2012). Além disso, a reiteração da oposição à independência de Taiwan e ao compromisso com o Consenso de 1992² (Wei, 2016) por parte de Ma e Xi destaca a continuidade das políticas do Partido Comunista Chinês (PCC) em relação a Taiwan.

¹ Não é o KMT que está no poder em Taiwan, mas sim o Partido Democrático Progressista (DPP). A reunião expressa a visão do KMT à medida que Ma Ying-jeou é filiado ao Partido histórico.

² A essência do Consenso de 1992 é o reconhecimento de que a parte continental e Taiwan pertencem a uma mesma China.

Enquanto isso, as críticas da oposição taiwanesa, especialmente do Partido Democrático Progressista, em relação ao encontro de Ma com Xi, refletem as divisões políticas internas em Taiwan sobre as relações com a China continental. A cobertura restrita da mídia taiwanesa durante a reunião levanta questões sobre a transparência do evento e a liberdade de imprensa em Taiwan. A exclusão de veículos de mídia da oposição, especialmente os considerados "pan-Verdes",³ pode alimentar preocupações sobre a influência política sobre a mídia e a narrativa pública em Taiwan.

A reunião entre Ma e Xi ocorre em um momento de transição política em Taiwan, com a aproximação das eleições presidenciais de 2024. O impacto da viagem de Ma à China na imagem e nas perspectivas eleitorais do KMT permanece incerto, especialmente diante das controvérsias em torno do Consenso de 1992 e da popularidade de Ma dentro do partido. Em resumo, a reunião representa um marco nas relações entre Taiwan e China, com implicações significativas para a política interna e externa de ambos os lados do Estreito de Taiwan. A continuidade das políticas do PCC em relação a Taiwan, a posição do KMT sobre as relações transfronteiriças e a resposta da opinião pública taiwanesa à reunião são aspectos importantes a serem monitorados nos próximos meses, especialmente à luz das eleições presidenciais deste ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COONEY, Sean. Why Taiwan is not Hong Kong: A review of the PRC's "one country two systems" model for reunification with Taiwan. *Pac. Rim L. & Pol'y J.*, v. 6, p. 497, 1997.

CORCUFF, Stéphane. The liminality of Taiwan: A case-study in geopolitics. *Taiwan in Comparative Perspective*, v. 4, n. December, p. 34-64, 2012.

HIOE, Bryan. Taiwan's Former President Meets Xi Jinping During China Trip. *The Diplomat*, abr. 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/04/taiwans-former-president-meets-xi-jinping-during-china-trip/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

WEI, Chi-Hung. China-Taiwan relations and the 1992 consensus, 2000- 2008. *International Relations of the Asia-pacific*, v. 16, n. 1, p. 67-95, 2016.

³ Os pan-Verdes são uma coligação política informal de Taiwan, que é composta pelo Partido Democrático Progressista, Partido da Construção do Estado de Taiwan e Partido Social Democrata.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

